

## CONCUBINATO E IGREJA

Maria Luiza Marcílio

Após as revelações que fizemos em **A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850** (Paris, 1968 e São Paulo, 1973) sobre os elevados níveis de crianças livres ilegítimas e abandonadas e sobre as proporções impressionantes de domicílios dirigidos por mães solteiras, estabeleceu-se a exigência de explicações mais abrangentes e fundamentadas em análises interdisciplinares desses fenômenos. Na época não sabíamos sequer se essa realidade descoberta repetia-se na mesma intensidade e proporções em outras regiões do Brasil antigo.

De lá para cá, estudos similares foram sendo realizados: Johildo L. Athaide, com a cidade do Salvador no século passado; Iraci del Nero da Costa, com Vila Rica no século XVIII; algumas dissertações de mestrado, não publicadas, da Universidade Federal do Paraná; o nosso último livro, **Caiçara: terra e população** (1986) e vários artigos em revistas diversas demonstram que os níveis de bastardia e de uniões consensuais estáveis, no seio da população livre, embora variando de intensidade, foram sempre elevados no Brasil, podendo chegar à extraordinária proporção de quase 70% de nascimentos ilegítimos.

Determinados os níveis de ilegitimidade com base nos registros paroquiais de batizados e para diferentes regiões e épocas, impunham-se explicações, correlações e interpretações variadas e multifacetadas.

O grande projeto em andamento sobre "A criança na história da população brasileira" (convênio Finep-Cedhal/USP), que reúne doze pesquisadores em tempo integral (além de vários outros a ele ligados de formas diversas) pretende reunir informações sobre a infância brasileira que possibilitem o avanço sistemático dos conhecimentos sobre a infância brasileira do passado até nossos dias, particularmente a infância marginalizada, abandonada.

O objetivo é o de recuperar de forma interdisciplinar, por meios quantitativos e qualitativos e fazendo uso das mais elaboradas metodologias, a história demográfica da criança brasileira, segmento pouco ou quase nunca estudado pelos cientistas sociais em geral.

O estudo da criança não pode prescindir do estudo sistemático da condição feminina, da relação pais-filhos, da família e sobretudo da

não-família. Isto explica o destaque nas pesquisas desenvolvidas no Cedhal (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) da temática "concubinato", "bastardia", "condição feminina" no passado.

O autor deste número 2 dos "Estudos Cedhal" (**El Concubinato y la Iglesia en el Brasil colonial**, de Fernando Torres Londoño) é um dos nossos pesquisadores que vêm trabalhando intensivamente no tema do concubinato de ilegitimidade relacionados com as normas e as formas de controle e punição elaboradas pela Igreja. Suas pesquisas, iniciadas há quatro anos, desenvolvem-se em arquivos públicos e eclesiásticos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais além de documentação e bibliografia levantada em inúmeras bibliotecas.

Sua documentação é de natureza variada, serial e não serial, que inclui registros paroquiais, processos eclesiásticos, devassas, visitas pastorais em tribunais eclesiásticos, manuais de confessor, catecismos antigos, legislação canônica, pastorais e documentos produzidos pelos bispos do Brasil colonial, etc. Esta volumosa informação coletada vem sendo analisada com apoio da mais moderna metodologia e formas de se fazer História, emprestando métodos e recursos de análises da Demografia Histórica, da Teologia, da Antropologia, da História Social e das Mentalidades.

As tentativas e métodos da Igreja de controlar a sexualidade, a ética e os costumes no Brasil antigo centralizavam-se principalmente em dois eixos: 1. no sacramento do matrimônio, como meio único de estabelecimento da família e da possibilidade de relacionamento sexual com o fim exclusivo da procriação; 2. no celibato do clero como forma ideal do magistério sacerdotal e da evangelização. Ambos modelos ideais apesar do aparato de uma legislação canônica secular e da criação de inúmeros mecanismos de controle e de punições dos desvios, encontraram dificuldades muitas vezes invencíveis em sua aplicação junto à realidade social e da vida cotidiana brasileiras.

Torres Londoño avança com acuidade e inteligência interpretações sobre as atitudes da Igreja ante a alta frequência do concubinato em nossa população colonial. Suas explicações são absolutamente inovadoras e provocativas, além de solidamente fundamentadas e longamente refletidas.

Estamos convencidas de que o Autor abre, com este estudo, caminhos novos de pesquisa e traz-nos renovação de conhecimentos sobre um fenômeno de tamanha extensão e importância na vida de nossos povos, ontem e hoje.

(Apresentação de **El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial**, de Fernando Torres Londoño. São Paulo, 1988. Publicação nº 2 dos "Estudos CEDHAL").